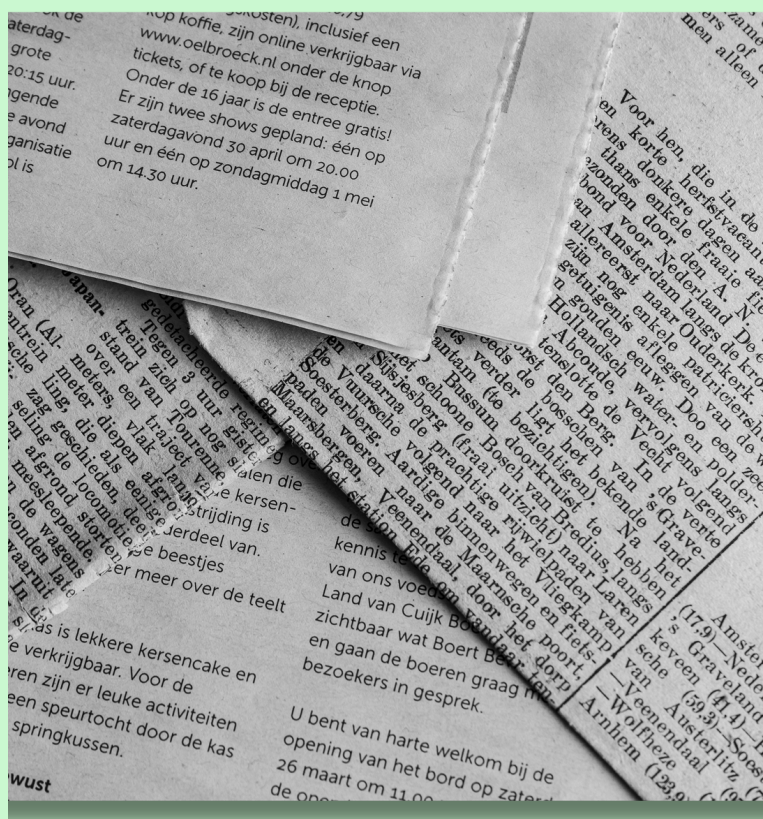


Resumo jurídico do mês

Este documento reúne, de forma organizada, as principais leis, portarias, decretos e normativas publicadas no mês. O objetivo é fornecer um panorama atualizado das alterações legislativas e regulamentares, facilitando a consulta e o acompanhamento das mudanças que impactam diretamente o setor.



ATOS NORMATIVOS

Resolução CNE/CEB nº 7, de 1º de agosto de 2025 - Institui as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica.

A Resolução CNE/CEB nº 7/2025 estabelece as Diretrizes Operacionais Nacionais para a Educação Integral em Tempo Integral na Educação Básica. Ela define os parâmetros e orientações para a implementação de políticas de educação em tempo integral, visando ampliar a carga horária escolar, articular ações pedagógicas, culturais e de assistência social, e promover o desenvolvimento integral dos estudantes. O objetivo é garantir uma educação mais completa, que contemple aprendizagens acadêmicas, socioemocionais e culturais, fortalecendo o direito à educação de qualidade em tempo integral.

Portaria MEC Nº 501/2025

A Portaria MEC nº 501/2025, publicada em 9 de julho de 2025, institui o Compromisso Nacional pela Qualidade e Equidade na Educação Infantil (Conaquei). Essa política pública visa assegurar o direito à educação infantil de qualidade, promovendo o cumprimento das metas do Plano Nacional de Educação (PNE) e das Diretrizes Operacionais Nacionais de Qualidade e Equidade para a Educação Infantil. O Conaquei estabelece princípios, diretrizes e objetivos para a colaboração entre entes federativos, visando expandir a oferta de vagas e garantir a qualidade na educação infantil.

RECOMENDAÇÃO DE CARÁTER GERAL CNMP-CN Nº 05, DE 6 DE AGOSTO DE 2025

"Recomenda a adoção de boas práticas para a atuação em processos estruturais, com vistas ao aprimoramento institucional e à efetividade da tutela de direitos e interesses sociais pelo Ministério Público".

RESOLUÇÃO CNE/CEB Nº 6, DE 17 DE JULHO DE 2025

A Resolução CNE/CEB nº 6, de 17 de julho de 2025 altera as Diretrizes da Educação de Jovens e Adultos (EJA), estabelecendo prazo de transição até 31 de dezembro de 2025 para adequação às novas modalidades. Determina que o Ensino Fundamental seja prioritariamente presencial, permitindo parte não presencial, e que o Ensino Médio em EaD tenha no máximo 50% da carga horária a distância, encerrando gradualmente os formatos antigos.

INOVAÇÃO LEGISLATIVA

Lei nº 25.415, de 31/07/2025

Lei nº 25.415, de 31/07/2025 – Altera a política estadual de direitos da pessoa com deficiência, reforçando a proteção contra negligência e discriminação e promovendo a inclusão social nas áreas de saúde, educação, assistência social, cultura, esporte, lazer e trabalho, garantindo participação plena e efetiva na sociedade.

Lei nº 25.351, de 18/07/2025

A Lei nº 25.351, de 18 de julho de 2025 (MG) tem como objetivo reconhecer oficialmente um cordão simbólico para identificação de pessoas com doenças raras, visando facilitar seu atendimento, promover conscientização e garantir mais inclusão social. O uso é opcional e deve ser acompanhado de comprovação documental quando necessário.

ATUALIZAÇÕES JUDICIAIS

Processo REsp 2.154.735-AM, Rel. Ministro Teodoro Silva Santos, Primeira Seção, por unanimidade, julgado em 13/8/2025. (Tema 1326).

O prazo prescricional da pretensão de cobrança de complementação de recursos relativos ao Valor Mínimo Anual por Aluno (VMAA), repassado ao FUNDEB/FUNDEF, deve ser apurado mês a mês, e não anualmente, por se tratar de relação de trato sucessivo que se renova mensalmente.

Assim, não prescreve o fundo de direito, mas apenas as parcelas relativas ao quinquênio anterior à propositura da ação.